



CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 15 DE 2015-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, sobre o OFS nº 2, de 2011, que “Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.*

RELATOR: DEPUTADO RICARDO BARROS

PARECER N.º 15, DE 2015-CN

Parecer sobre o OFS nº 2, de 2011, que “Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.”.

Apensado: Ofício nº 39, de 2011 – CN

Relator: Deputado Ricardo Barros

I – RELATÓRIO

A Nobre Presidente desta Comissão Mista incumbiu-me de relatar a matéria objeto do OFS nº 2, de 2011, que “Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.”.

Foi apensado à Proposição o Ofício nº 39, de 2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos – exercício de 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.”.

Referidos Ofícios tratam de matérias semelhantes referentes ao FNE, apenas com laço temporal diferente, razão por que serão abordados separadamente na forma seguinte:

I.1 OFS nº 2, de 2011

Por intermédio do Ofício nº 2611/2010/SUDENE-AGI, de 14/12/2010, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, encaminhou à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal os seguintes documentos:

- Relatório de Resultados e Impactos das atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE referente ao primeiro semestre de 2010, acompanhado das Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas, bem como das notas explicativas a elas pertinentes e o parecer dos auditores independentes;
- Parecer Conjunto nº 08/2010/SDR/SUDENE/MI, de 30/11/2010, elaborado conjuntamente pela SUDENE e pelo Ministério da Integração Nacional;
- Resolução Condel nº 037/2010, de 10/12/2010, que aprovou, “ad referendum” o referido relatório, bem como as demonstrações contábeis atinentes ao citado período, devidamente auditadas.

A referida Comissão, em reunião realizada em 25 de maio de 2011, ao analisar a documentação, aprovou o Relatório do Senador Wellington Dias, decidindo pelo encaminhamento da matéria, com o referido Parecer à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, mediante o OFS nº 2, de 2011.

O Relatório de Resultados e Impactos, elaborado pelo Banco do Nordeste do

Brasil, instituição gestora dos recursos do FNE, contém informações sobre a execução desses recursos no período mencionado, destacando suas responsabilidades, estratégias de atuação, detalhamento dos programas sob sua responsabilidade e o desempenho operacional.

As demonstrações contábeis que acompanham o Relatório compõem-se do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Acompanham as demonstrações contábeis as notas explicativas a elas pertinentes, além do parecer dos auditores independentes, de responsabilidade da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – Auditores Independentes.

A Nota Explicativa nº 2 esclarece que as mencionadas Demonstrações foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 e 11.941, de 28.12.2007 e 27.05.2009, respectivamente e a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

Segundo o Parecer dos Auditores Independentes, as referidas demonstrações contábeis “representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2010 e de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a regulamentação específica para os Fundos Constitucionais estabelecida pelo Governo Federal, descritas na nota explicativa nº 4.”

O Parecer Conjunto nº 08/2010/SDR/SUDENE/MI, de 30/11/2010, oriundo de trabalho conjunto da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional examina o Relatório apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no 1º semestre de 2010, oferecendo parecer favorável à sua aprovação.

Diante da análise realizada sobre os mencionados documentos e visando o aprimoramento da operacionalização do FNE, o mencionado parecer faz as seguintes recomendações ao Conselho Deliberativo da SUDENE:

- a) manter e ampliar as ações que vem desenvolvendo no sentido de assegurar o atendimento da demanda recursos do FNE. Nesse sentido, sugere-se que o Banco se articule com os agentes produtivos e com os Governos Estaduais, objetivando buscar alternativas para otimizar a utilização dos recursos;
- b) incrementar as operações com os agricultores familiares, com os mini e pequenos produtores rurais e com as micro e pequenas empresas;
- c) ampliar e fortalecer ações específicas e indutoras que conduzam e direcionem, de forma mais eficiente, crédito para os mutuários situados no semiárido, haja vista a determinação Constitucional de se destinar 50% das disponibilidades deste fundo aquele subespaço regional;
- d) ampliar as contratações realizadas com recursos do FNE nos Estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte que registraram baixas aplicações no 1º semestre de 2010;

- e) desenvolver ações com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações do PROCERA e das operações de risco integral do FNE, cujos índices, de 33,4% e de 8,1%, respectivamente, se acham bastante elevados;
- f) estender a assistência do FNE à totalidade dos municípios beneficiados com recursos desse Fundo;
- g) informar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, até 60 dias após a aprovação pelo Conselho Deliberativo da SUDENE deste Relatório, o atendimento ou não às diretrizes e prioridades estabelecidas na Resolução nº 022/2009 do CONDEL/SUDENE.

A Resolução Condel nº 037/2010, de 10/12/2010 decidiu:

- a) aprovar, “ad referendum” do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 035/2010, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 65ª reunião, de 07 de dezembro de 2010, que trata dos resultados da avaliação das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no primeiro semestre de 2010.
- b) autorizar a SUDENE a encaminhar o Relatório de Resultados e Impactos – Primeiro Semestre de 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil, acompanhado da decisão deste colegiado, e do Parecer Conjunto nº 08/2010/SDR/SUDENE/MI, de 30 de novembro de 2010, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara Federal e no Senado Federal em cumprimento ao que reza o § 4º, art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, em obediência ao § 5º, art. 20 da mesma lei.

I.2 – Ofício nº 39, de 2011 - CN

Por intermédio do Ofício nº 39, de 2011-CN, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional, em cumprimento ao disposto no § 5º do art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes documentos:

- Relatório de Resultados e Impactos das atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE referente ao exercício de 2010, acompanhado das Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas, bem como das notas explicativas a elas pertinentes e o parecer dos auditores independentes;
- Parecer Conjunto nº 10/SFRI/SUDENE/MI, de 15/07/2011, elaborado conjuntamente pela SUDENE e pelo Ministério da Integração Nacional;
- Resolução Condel nº 039/2011, de 27/07/2011, que aprovou “ad referendum” o referido relatório.

O Relatório de Resultados e Impactos, elaborado pelo Banco do Nordeste do Brasil, instituição gestora dos recursos do FNE, contém informações sobre a execução desses recursos no período mencionado, destacando suas responsabilidades,

estratégias de atuação, detalhamento dos programas sob sua responsabilidade e o desempenho operacional.

As demonstrações contábeis que acompanham o Relatório compõem-se do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Acompanham as demonstrações contábeis as notas explicativas a elas pertinentes, além do parecer dos auditores independentes, de responsabilidade da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – Auditores Independentes.

A Nota Explicativa nº 2 esclarece que as mencionadas Demonstrações foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 e 11.941, de 28.12.2007 e 27.05.2009, respectivamente e a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

Segundo o Parecer dos Auditores Independentes, as referidas demonstrações contábeis “apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A) em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a regulamentação específica para os Fundos Constitucionais estabelecida pelo Governo Federal, descritas na nota explicativa nº 4.”.

O Parecer Conjunto nº 10/SFRI/SUDENE/MI, de 15/07/2011, oriundo de trabalho conjunto da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional examina o Relatório apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no exercício de 2010, com sugestão ao Conselho Deliberativo da SUDENE que sejam feitas recomendações ao Banco do Nordeste com o objetivo de melhorar a operacionalização dos recursos FNE.

Diante da análise realizada sobre os documentos, sugere-se no mencionado parecer as seguintes recomendações ao Banco do Nordeste:

- a) manter as ações de aplicações realizadas no exercício de 2010, visto que em grande medida foi atendido os valores programados;
- b) intensificar ações aos programas destinados aos agricultores familiares, objetivando incrementar os financiamentos a esses grupos. Ressalta-se entre os agricultores familiares o programa do grupo “A” (PRONAF A), que obteve recursos aquém do limite estabelecido;
- c) priorizar ações para financiamentos aos beneficiários de menor porte, que mesmo havendo incremento em relação ao exercício de 2009, está abaixo do valor programado para o exercício de 2010;
- d) incrementar as operações com recursos do FNE, de forma a atingir principalmente os mini, micro e pequenos produtores rurais e mini, micro e pequenas empresas, através de medidas indutoras a exemplo o FNE Itinerante, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a SUDENE, com o objetivo de examinar alternativas;

- e) promover ações específicas e indutoras com vista a ampliar as contratações no Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais;
- f) continuar envidando esforços no sentido de alcançar a destinação de 50% dos recursos do FNE para a porção Semiárida, na forma estabelecida na Constituição Federal;
- g) continuar adotando medidas com o objetivo de reduzir o volume de operações com parcelas em atraso e os prejuízos, principalmente no Setor Rural e as de Risco Integral do FNE;
- h) aprimorar ações com vistas à recuperação dos créditos concedidos, principalmente às atividades do Setor Rural;
- i) priorizar a aplicação de recursos conforme a tipologia da PNDR, tendo em vista que os municípios classificados como Baixa Renda obtiveram pequena porcentagem do volume contratado no período, embora tenha obtido considerável número de operações contratadas;
- j) incrementar o repasse de recursos a outras instituições financeiras, visto que isso contribui para a democratização de acesso e interiorização do crédito;
- k) continuar envidando esforços com o propósito de manter sob a assistência do FNE a totalidade dos municípios de sua área de abrangência, principalmente os municípios classificados como sendo de "Baixa Renda" e "Estagnados" segundo a tipologia da PNDR;
- l) desenvolver ações no sentido de identificar as dificuldades para aplicar nos Programas FNE Procultura e FNE Pró-Recuperação Ambiental e no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC), redirecionando sua estratégia de modo a corrigir essa deficiência;
- m) considerar as perspectivas de ampliação da demanda de crédito por parte do programa PROINFRA nas próximas programações;
- n) incorporar nos próximos relatórios dados e informações referentes ao saldo e inadimplência das operações realizadas por outras instituições financeiras, com recursos do FNE, nos mesmos níveis e com mesmos detalhamentos das que são fornecidas regularmente em relação às operações realizadas pelo BNB, como recomendada pela Portaria nº 61629, de 26.05.2003;
- o) atender à Prioridade "Incentivo ao turismo ecológico e de aventura, não restringindo a atividade turística à faixa litorânea da Região";
- p) informar as contratações do Programa ABC conforme solicitado no ofício 02/DFD/SDR/MI, de 13 de janeiro de 2011;
- q) acompanhar os municípios onde as reuniões do FNE Itinerante ocorreram e suas áreas polarizadas, para que se mensure o efeito desta iniciativa.
- r) incentivar financiamentos de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e área de influência;
- s) informar as operações contratadas com repasses a outras instituições financeiras, discriminando UF, porte de mutuário, setor, programa, tipologia da PNDR (informar se faz parte de Mesorregiões Diferenciadas ou de RIDEs), e se integra o Semiárido;
- t) observar o limite de 20% conforme estabelecido no § 3º do Art. 4º na Lei nº 7.827/89, para financiamento aos setores de Comércio e Serviços;

u) aprimorar as estimativas de aplicação de recursos do FNE por Estado, tornando mais factível a observância dos valores previstos para aplicação no setor produtivo das onze Unidades da Federação.

A Resolução Condel nº 039/2011, de 27/07/2011 decidiu:

- a) aprovar, “ad referendum” do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 037/2011, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 81ª reunião, de 26 de julho de 2011, que trata dos resultados e impactos das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no exercício de 2010;
- b) autorizar a SUDENE a encaminhar o Relatório de Resultados e Impactos de 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil, acompanhado da decisão deste colegiado, e do Parecer Conjunto nº 10/SFRI/SUDENE/MI, de 15 de julho de 2011, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara Federal e no Senado Federal em cumprimento ao que reza o § 4º, art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, em obediência ao § 5º, art. 20 da mesma lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, criado por força de dispositivo constitucional, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste e dos municípios dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais incluídos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em harmonia com os planos regionais de desenvolvimento, conferindo tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, ao encaminhar a documentação referente ao OFS nº 2, de 2011, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, obedeceu ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.287/89. Já o envio da documentação referente ao Ofício nº 39, de 2011 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cumpriu o previsto no artigo 20, § 5º, da mesma Lei.

Para cumprir essa determinação é imprescindível que os recursos colocados à disposição pelo FNE sejam aplicados com total transparência e eficácia. Nesse sentido, é sempre enfatizado em Nota Explicativa, que o Banco do Nordeste, mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Também, os balanços do Fundo, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle, conforme previsto na legislação vigente. Além disso, o FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas

demonstrações financeiras, bem como do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

Ressalte-se também, que o BNB, como instituição gestora dos recursos do FNE, realiza atividades de controle e fiscalização de suas aplicações, instrumento integrante das políticas do próprio banco e que atende as recomendações do Ministério da Integração Nacional e do Tribunal de Contas da União para avaliação dos fundos constitucionais de financiamentos regionais.

Do exame dos documentos encaminhados observa-se que as determinações legais que tratam da matéria foram devidamente cumpridas, cabendo a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle necessários a constatar se o FNE está contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

Observe-se ainda que, de acordo com o art. 71 da Constituição Federal, o Congresso Nacional conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete examinar as contas prestadas pelos administradores do FNE, oportunidade em que avaliará a gestão dos recursos administrados, em conformidade com as diretrizes constantes da Lei nº 7.827/89, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo Condé/SUDENE, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e com o Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

A Corte de Contas deve analisar, também, se foram observadas as prioridades estabelecidas na política de aplicação dos recursos do FNE.

Dessa forma, considerando que a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o primeiro semestre de 2010 e para o exercício de 2010 será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da correspondente prestação de contas, não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

- a) tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, objeto do OFS nº 2, de 2011, e do apensado nº 39, de 2011 – CN; e
- b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

Sala das Sessões, em _____ de 2015.

Deputado Ricardo Barros
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Extraordinária realizada em 19 de maio de 2015, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado RICARDO BARROS, pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Ofício nº 2/2011-SF**, que “Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE” e **Ofício nº 39/2011-CN**, “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE”.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Hélio José, Paulo Bauer, Roberto Rocha e Valdir Raupp; e os Deputados Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, Giuseppe Vecci, Segundo Vice-Presidente, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Danilo Forte, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Izalci, João Arruda, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Wadson Ribeiro e Walter Ihoshi.

Sala de Reuniões, em 19 de maio de 2015.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Deputado RICARDO BARROS
Relator